



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65
2012-2013

150 ANOS
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

AH

ARQUEOLOGIA
& HISTÓRIA

AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES



Título

Arqueologia & História

Volumes

64-65

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e João Marques

Design gráfico

Flatland Design

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

5 Editorial

José Morais Arnaud

I CONGRESSO DA AAP – SESSÃO DE ABERTURA

9 Nota de abertura

António Vermelho do Corral

15 Entre a Metamorfose e a Adaptação. De Associação dos Arquitectos Cívicos Portugueses a Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (1863-1896)

Ana Cristina Martins

31 O Conde de São Januário, Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1896-1901)

João Luís Cardoso

45 Tempos de Esperança. A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a 1.ª República (1910-1926): Continuidades e Mudanças

Jorge Custódio

81 Na Intermittência do Ser e do Agir. A Associação dos Arqueólogos Portugueses no Estado Novo (1933-1963)

Ana Cristina Martins

COLÓQUIO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: DA INVESTIGAÇÃO À APRESENTAÇÃO PÚBLICA

95 Introdução

Da Valorização do Património Arqueológico Português

João António Marques

101 *A Casa dos Pintores*: do Projeto de Reabilitação à Oficina Municipal de Arqueologia de Leiria

Vânia Carvalho, Vitória Mendes, Sofia Carreira, Ana Filipa Pinhal

115 Musealização da Arte Rupestre. Do Vale do Tejo e Gestão Integrada do Território: o Projecto do Museu de Mação

Luiz Oosterbeek

125 O Museu do Teatro Romano (Lisboa): um Teatro, um Museu e um Projecto de Investigação

Lídia Fernandes

141 Conimbriga: História, Gestão e Proteção de uma Cidade Romana

Virgílio Hipólito Correia, José Ruivo

153 O Parque Arqueológico do Vale do Terva (Boticas, Portugal). História, Desenvolvimento e Desafios

Luís Fontes, Mafalda Alves

161 O Núcleo Museológico do Arrabalde Ribeirinho de Mértola

Virgílio Lopes, Lígia Rafael, Susana Gómez Martínez

171 Musealização do Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela

Isabel Cristina F. Fernandes, Maria Teresa Rosendo, Michelle Teixeira Santos

183 Panóias – de Fragas a Santuário. O que Mostrar? E a Quem?

Isabel Freitas, Herculano Mesquita, Fernando Pádua, Orlando Sousa

191 Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros: da Intervenção à Investigação, Gestão e Apresentação Pública

Jacinta Bugalhão, Cristina Gameiro, Andrea Martins, Ana Filipa Braz

203 O Castelo de S. Jorge de Lisboa – Escavação, Musealização e Gestão de Património
Alexandra Gaspar, Ana Gomes, Teresa Oliveira, Susana Serra

217 Resumos das Comunicações não remetidas

RELATÓRIOS

223 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório da Direcção – 2012
José Morais Arnaud

227 Relatório de Actividades da Direcção da AAP – 2013
José Morais Arnaud

231 Relatório de Actividades da Secção de Pré-História – Anos Associativos 2012 e 2013
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins

235 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2012. Plano de Actividades para o Ano 2013
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida

237 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2013. Plano de Actividades para o Ano 2014
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida

241 Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses. Actividades Coordenadas pela Área da Conservação em 2012
Célia Nunes Pereira

247 Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório das Actividades Desenvolvidas pela Área da Conservação em 2013
Célia Nunes Pereira

MUSEALIZAÇÃO DO ESPAÇO ARQUEOLÓGICO DO CASTELO DE PALMELA

Isabel Cristina F. Fernandes¹, Maria Teresa Rosendo², Michelle Teixeira Santos³

¹ Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago e Museu Municipal de Palmela (DPC-CMP)

² Chefe de Divisão de Património Cultural (DPC) – Câmara Municipal de Palmela (2000-2013)

³ Serviço de Arqueologia e Museu Municipal de Palmela (DPC-CMP)

Resumo

Neste texto, as autoras apresentam uma panorâmica do processo de intervenções arqueológicas no espaço do castelo e da investigação histórica associada, enquadrados no Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela (PRAC).

Explicam as opções de musealização, entre 1996 e 2013, que se articularam com os resultados obtidos nas investigações arqueológicas e com as condições físicas do monumento. São também abordados aspectos relativos à selecção e à preparação do acervo para exposição, os vários tipos de constrangimentos e opções nesta matéria, bem como aspectos de comunicação e divulgação, nomeadamente os ligados aos programas do serviço educativo do museu.

Palavras-chave: Castelo, Palmela, Arqueologia, Musealização, Divulgação.

Abstract

The purpose of this paper is to reveal the process of archaeological and historical research in the castle of Palmela and in the surrounding area, part of a global program of restoration and animation (PRAC), and to present the museological options and implementation steps, between 1996 and 2013. Aspects of the selection and the preparation of the artifacts for exhibition, as well as the communication and educational programs, are also focused.

Keywords: Palmela, Castle, Archaeology, Museology, Communication.

1. O PRAC E AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS

O PRAC – *Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela*, de iniciativa municipal, foi concebido como um programa integrado, em que as vertentes histórico- arqueológica, artística, arquitectónica, sociológica e turística confluíam para um resultado harmonioso, capaz de mudar o paradigma de um monumento como o castelo de Palmela.

Partiu-se de um diagnóstico da situação, que incluiu a ponderação do estado de conservação das estruturas, o tipo/qualidade da ocupação funcional em uso, a metodologia de intervenção na recuperação e na adaptação de estruturas e cinco projectos de animação cultural e turística que viriam a corresponder, se implementados, a outras tantas formas de ocupação funcional do castelo: o Núcleo-Sede do Museu Municipal; o Posto de Turismo; o Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago; o Auditório Santiago; a Animação Cultural e Recreativa.

Aprovado o programa pelas entidades com jurisdição sobre o castelo (IPPAR e DGPE), o projecto pôde beneficiar de um apoio do FEDER (OID/PS¹) e do Orçamento de Estado². A implementação iniciou-se em 1991/92, com a adjudicação do projecto de arquitectura e execução da recuperação das galerias da Praça de Armas ao arquitecto Sérgio Infante e o projecto global de recuperação e animação a um consórcio formado por uma empresa de estudos de recuperação arquitectónica e urbanística (SIGERP) e, por uma outra, de estudos de organização do território (GEOIDEIA).

Nas actividades desenvolvidas na primeira fase incluiu-se um estudo histórico-iconográfico e documental, um estudo arqueológico e um estudo sobre turismo e museologia. Este último estudo, designado *Estudo de Aproveitamento Turístico e Museológico do Castelo de Palmela* propôs-se:

- recolher e interpretar a informação relativa aos

¹ OID/PS – Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal.

² O apoio cifrou-se no valor de 72 000 contos.

utilizadores do castelo, na perspectiva de justificar as intervenções física e de animação;

- fornecer hipóteses alternativas de organização funcional do castelo, particularizando objectivos de intervenção e uso para cada espaço e integrando-o no todo concelhio e regional, de forma a potenciar “economias de escala”;
- apresentar sugestões tendo em vista a implementação, nomeadamente ao nível das estratégias de marketing, soluções de gestão e fontes de financiamento.

Equaciona-se aqui toda a mais-valia de um projecto que pretendia potenciar um turismo cultural. Assim, fundamentava-se na articulação das vertentes cultural e museológica com a da conservação do património cultural.

A arqueologia assumiu, desde o primeiro momento, um papel determinante na definição das linhas mestras da intervenção global. As escavações prévias à obra começaram por se centrar nas chamadas galerias da Praça de Armas, ficando demonstrado em pouco tempo que a relevância dos registos exigiriam alterações do projecto inicial. As estruturas e o espólio arqueológicos exumados viriam a constituir a base de uma nova concepção do espaço, nas dimensões arquitectónica e museológica.

Os registos estratigráficos das salas 1, 4 e 5 foram os mais elucidativos, com uma sequência ocupacional entre os séculos VIII-IX e XIII, ou seja, todo o período da presença islâmica e o início do domínio português, a que se sucediam, com alguns hiatos, traços das vivências no castelo durante as centúrias seguintes até à actualidade. O prosseguimento da investigação arqueológica veio, inevitavelmente, exigir uma redefinição da área a intervir, que se estendeu à parte central da alcáçova, às faixas que adossam à muralha norte e nascente e à sacristia da igreja de Santa Maria (Fig. 1 e 2). Os resultados foram impactantes: reconheceu-se a face interna da muralha primitiva, de fábrica muçulmana; registaram-se restos de habitações, silos e fossas das várias fases do período islâmico, bem como, para finais do século XII / inícios do século XIII, restos de edificações e uma necrópole, corresponden-



Figura 1 – Aspecto da intervenção arqueológica na área central da alcáçova do castelo.



Figura 2 – Muralhas e Praça de Armas vistas de nascente, com escavações arqueológicas em curso.

tes ao período das primeiras instalações da Ordem de Santiago no castelo. A importância do espólio recolhido, com destaque para o cerâmico, foi reforçada pela fiabilidade que atribuímos aos contextos estratigráficos de proveniência, os quais têm permi-



Figura 3 – Aspecto das estruturas arqueológicas registadas junto à muralha nascente.

tido aferições cronológicas significativas, em especial para o período islâmico.

A constatada continuidade ocupacional da área central da alcáçova, por muçulmanos e cristãos, é coadjuvada por indicadores que sugerem, para esse espaço, uma funcionalidade ligada ao poder militar e administrativo da fortificação. Essa convicção veio a alicerçar-se na última intervenção realizada junto à muralha nascente, com registos notáveis para o quotidiano de guerra do castelo, área que se identificou como destinada à guarnição militar (Fig. 3). De entre esses registos assinalamos uma área oficial de forja, que laborou desde os finais do século X ao século XII ou inícios do XIII, relacionada com a fase pós-redução do metal, e posterior obtenção de lâminas para a produção de artefactos metálicos, essencialmente de ferro. Muçulmanos e cristãos, entre a primeira tomada portuguesa de Palmela, em 1145 e a derradeira derrota dos almóadas (c. 1194), usaram este espaço com idênticas finalidades, numa altura em que esta praça-forte se definia como um marco de fronteira entre os estuários do Tejo e do Sado, este último pressionado pelo potentado almóada, sediado em Alcácer do Sal.

A leitura da evolução da fortificação, em termos de amuralhado e acessos, fez-se pela análise dos paramentos, pelas intervenções arqueológicas citadas e também graças às realizadas na sacristia da Igreja de Santa Maria e no fosso (sondagens designadas por fosso-poente e fosso-nascente). Em Santa Maria, já fora alcáçova, identificaram-se blocos de

taipa militar associados aos restos de uma antiga torre situada na base da torre de menagem, remetendo possivelmente para uma distinta solução de acesso ao interior da fortificação, no século XII. O traçado do fosso, com uma pequena barbacã, foi reconhecido ao longo do sopé da muralha norte, em coincidência com o revelado numa planta de 1781, e deve remontar ao período almorávida.

Na área conventual, a poente, no pátio fronteiro à Igreja de Santiago, realizaram-se sondagens arqueológicas, em 2003, com registos de estruturas e espólio essencialmente seiscentistas e setecentistas (Fig. 4), permitindo confirmar que o último convento da Ordem de Santiago foi construído entre a segunda metade do século XVII e o início do XVIII, com várias obras de remodelação ao longo desta última centúria e da seguinte.

Das intervenções desenvolvidas fora do castelo, no Centro Histórico da vila e noutras áreas do concelho de Palmela – e cujo espólio está também representado no núcleo museológico do castelo –, destacamos: a da Rua de Nenhures (bateria de silos e fossas do período islâmico, com ocupação posterior do século XIII à actualidade); a dos Paços do Concelho e a do Mercado Velho de Palmela (estruturas e espólio do século XIV à actualidade); a do Camarral (acampamento Epipaleolítico); a do Casal da Cerca (Neolítico Antigo Evolucionado); a do Alto da Queimada, na serra do Louro (povoado muçulmano com ocupação entre os séculos VIII-IX e inícios do XI); a do Castro de Chibanes, na serra do Louro (com ocupação desde o III milénio a.C. – Calcolítico, Bronze Antigo, Idade do Ferro e período Romano Republicano); a do Zambujalinho (olaria romana com laboração entre os séculos I e V) (Fig. 5)³.

³As intervenções arqueológicas no Camarral, Casal da Cerca e Chibanes foram da responsabilidade do MAEDS (direcção dos arqueólogos Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares). As restantes intervenções mencionadas foram realizadas no âmbito do PRAC e de projectos de arqueologia (Castelo, Alto da Queimada, Zambujalinho, com direcção de Isabel Cristina Fernandes), no âmbito de intervenções de emergência (Convento, Rua de Nenhures – com direcção de Isabel Cristina Fernandes; Mercado Velho, com direcção de A. Rafael Carvalho; Paços do Concelho, com direcção de Michelle Teixeira Santos).



Figura 4 – Intervenção arqueológica no pátio fronteiro à Igreja de Santiago (castelo).



Figura 5 – Escavações arqueológicas em curso na olaria romana do Zambujalinho (Marateca, Palmela).

A investigação arqueológica no castelo e no concelho de Palmela foi complementada por outros estudos, de âmbito histórico e artístico e por exposições temporárias (e respectivos catálogos),

que exploraram e valorizaram os resultados e os conhecimentos assim acumulados⁴.

2. OS PROJECTOS DE MUSEALIZAÇÃO: DE 1996 A 2009-13

O Espaço Arqueológico do Núcleo Museológico do Castelo foi inaugurado em 1996, no âmbito do citado *Programa de Recuperação e Animação do Castelo* (PRAC), sendo então constituído por cinco salas dedicadas à investigação arqueológica do concelho e, em particular, à leitura histórico-arqueológica da fortificação e aos aspectos do quotidiano, desde a sua fundação, nos séculos VIII-IX, ao século XVIII. As salas ficaram visitáveis na Praça de Armas da fortificação.

Nessa primeira fase da musealização do monumento, não se visou a criação de uma exposição de longa duração (ou permanente, como à data se definia), mas uma primeira mostra destinada a apresentar ao público o resultado dos anos de investigação realizada no concelho, desde 1988, bem como a identificação das principais jazidas arqueológicas nesse território. A opção museográfica era provisória e, por razões de cariz financeiro, a área intervencionada não foi alvo de um conjunto de infraestruturas de especialidade que permitissem o controlo ambiental do imóvel, nomeadamente de um previsto sistema de ventilação mecânica que garantisse condições adequadas à exposição de peças de tipologias diversas. Com uma função sobretudo didáctico-pedagógica, visou-se também explicitar e garantir uma leitura da memória do sítio, com painéis que clarificavam o uso anterior dos espaços musealizados.

Contudo, sem posteriores intervenções de obra, essa situação manteve-se até 2010, tendo-se progressivamente retirado de exposição grande parte das peças inicialmente apresentadas ao público, a fim de que as mesmas não se degradassem, devido às adversas condições ambientais do local.

⁴ Vejam-se alguns dos títulos desses estudos e catálogos na bibliografia final.

Ao público estavam, nos últimos anos, apenas visitáveis e contextualizadas por painéis explicativos, as estruturas arqueológicas islâmicas, e algumas vitrines com peças representativas de acervos diversos alusivos à Carta Arqueológica (Fig. 6, 7, 8 e 9).



Figura 6 – Sala 5 (2009).



Figura 7 – Sala 3 (2009).



Figura 8 – Sala 2 (2013).



Figura 9 – Sala 3 (2013).

Em 1996, a abertura desse espaço museal no Castelo constituiu um marco cultural na política no Município, não só por ser a primeira exposição permanente no monumento – no qual desde finais da década de 80 do século XX se sucediam acções municipais de divulgação de História local e de animação patrimonial –, mas também pelo facto de a localização das salas ter nascido de uma compatibilização de interesses de revitalização da área da Praça de Armas, para fins culturais/museológicos, turísticos e comerciais. As salas musealizadas *in situ* estavam, inicialmente, destinadas a ser espaços comerciais, mas a intervenção arqueológica realizada permitiu dar-lhes outra funcionalidade. Esta opção – defendida pelas especialidades de arquitectura e arqueologia – foi uma mais-valia para a estrutura museológica municipal, embora tenha tornado o percurso de visitaçao na Praça de Armas confuso e sinuoso para o visitante, pois há salas musealizadas intercaladas com lojas dedicadas à venda de artesanato e produtos gastronómicos locais.

As salas-museu eram, na sua maioria, construções de natureza militar, funcionando no século XVII como quartéis, à excepção das salas 1 e 2 que eram originalmente uma cisterna (Fig. 10 e 11). Este espaço está representado numa planta da fortificação datada de 1781 (Fernandes, 2004: 308-311).

Em 2009, uma acção financiada pelo FEDER/Portugal – no âmbito do *Plano de Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela (QREN, 2010-2013)* –, abriu a possibilidade de intervir de novo nos imóveis, com uma outra abordagem



Figura 10 – Sala 1 – vista parcial (2013).

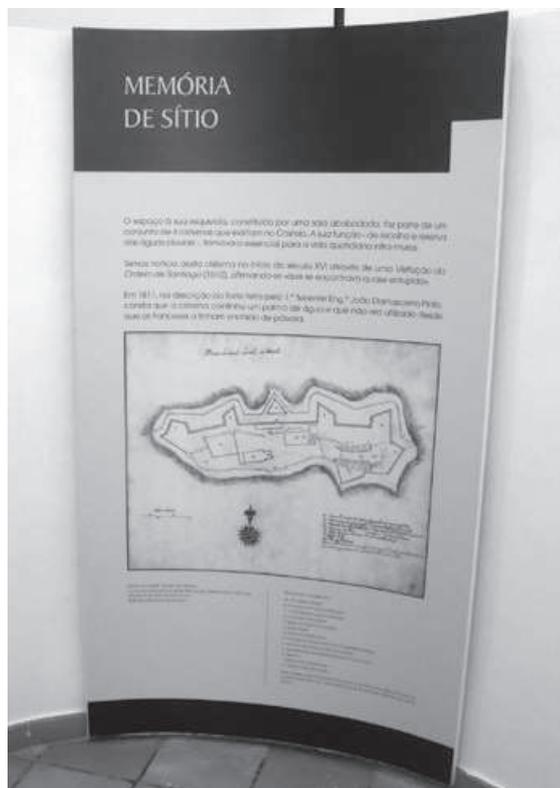


Figura 11 – Memória de sítio, entre as salas 1 e 2, em 2013.

ao Espaço Museológico do Castelo (Fig. 12), privilegiando a recuperação física e requalificação museográfica das cinco salas já existentes e a musealização de um novo espaço, a sala 6 – localizada no piso 0 da «Torre dos Radiotelegrafistas»⁵ –, dedicada à vida no castelo e às questões de armazenagem de provisões, tendo como principal cenário o silo 7, estrutura negativa de grandes dimensões, observável *in loco*.

Cientes dos obstáculos arquitectónicos, das reduzidas dimensões e da fraca acessibilidade destas salas – consequência da sua natureza histórica e função inicial – foi redefinido o percurso expositivo. Na fase-piloto do projecto arquitectónico de recuperação e requalificação do Núcleo Museológico, facilmente percebemos as limitações e principais problemas presentes, que seriam determinantes no processo de musealização das salas e da concepção da exposição, a desenvolver com carácter de longa duração, renovável periodicamente. Esta situação determinou a necessidade de manter um diálogo constante entre a equipa responsável pelo projecto, facilitando todo o processo preparatório da exposição.

Mantendo-se a lógica organizacional do espaço e de articulação de interesses entre as áreas comercial e museal, em 2010-2013, definiu-se uma concepção e articulação das áreas expositivas segundo uma perspectiva cronológica e leitura temática em torno da evolução do castelo de Palmela.

As soluções encontradas tiveram forçosamente que respeitar a segurança do acervo e dos vestígios arqueológicos musealizados, garantindo simultaneamente a segurança dos seus visitantes.

O programa preliminar da intervenção arquitectónica definiu a tipologia de argamassas a usar no interior e no exterior do espaço edificado (já preconizado e testado na intervenção de 1996, sob orientação do Arquitecto Sérgio Infante; em 2009-13, renovadas as opções com materiais estudados pela

⁵ No piso superior está instalado o Espaço museológico dedicado à História das Transmissões Militares, inaugurado em 1999.



Figura 12 – Museu Municipal – Planta do Espaço Arqueológico (2013).

equipa de projecto de requalificação FLV-Filomena e Lourenço Vicente Arquitectos), a necessidade de aplicação de um sistema de ventilação mecânica nas salas musealizadas, a renovação dos sistemas eléctrico e luminotécnico e de controlo ambiental, bem como de segurança anti-intrusão e protecção contra incêndios, e a concepção de um equipamento museográfico que correspondesse quer à exiguidade das salas, quer às necessidades da colecção a expor.

Depois de definida a natureza da exposição – que visou renovar toda a informação a prestar ao público, devolvendo à Comunidade o conhecimento produzido pela investigação histórico-arqueológica posterior à primeira exposição –, a equipa do Museu Municipal de Palmela diligenciou todo o trabalho preparatório inerente à sua montagem e, numa primeira fase, realizámos uma pré-selecção dos bens culturais a integrar, tendo sempre presente o estado de conservação das peças e as características arquitectónicas e ambientais das áreas expositivas.

3. EXPOSIÇÃO: PREPARAÇÃO, MONTAGEM, COMUNICAÇÃO

A preparação da exposição teve fases distintas que decorreram, na maioria das vezes, em simultâneo. Uma dessas etapas correspondeu à *selecção do espólio*, momento em que ponderámos sobre a relevância que determinada peça teria no contexto da exposição. O primeiro passo foi a consulta da aplicação informática MATRIZ, programa utilizado pelo Museu Municipal de Palmela para o inventário, gestão e documentação das suas colecções.

A informação de cada artefacto seleccionado foi confirmada e actualizada, criando-se uma listagem das peças que integrariam a exposição permanente. Este procedimento foi fundamental para a integração de dados relativos à circulação e ao estado de conservação das peças. Todo o conjunto foi registado fotograficamente e graficamente.

Uma vez que o lote de peças seleccionado não era demasiado numeroso, foi possível realizarmos a avaliação do estado de conservação de cada exemplar, identificando os casos com necessidade premente de intervenção para estabilização e/ou recuperação. Sempre que o estado de conservação de determinada peça desaconselhava a sua movimentação, a decisão foi a de a excluir da selecção, privilegiando-se a sua salvaguarda (Fig. 13).

No caso da colecção arqueológica de Palmela, a principal preocupação prendeu-se com o estado de conservação dos artefactos metálicos, em especial os ferros, que nos colocaram e colocam alguns problemas relacionados com as deficientes condições ambientais da reserva arqueológica, sediada no 1.º andar da sacristia da Igreja de Santiago do Castelo de Palmela, onde se registam significativas flutuações de humidade relativa e de temperatura. O facto de o Museu Municipal não dispôr de laboratório, nem de conservador/restaurador, também condiciona a capacidade de resposta, havendo sempre que recorrer a entidades externas.

Simultaneamente à etapa de selecção de espólio decorreu a da avaliação de riscos, reflectindo-se sobre as condições ambientais de temperatura, hu-

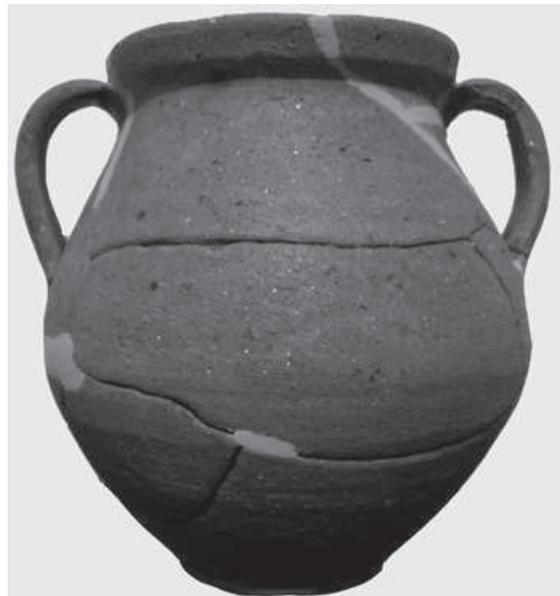


Figura 13 – Avaliação do estado de conservação.

midade relativa e sobre a iluminação dos espaços, em função das suas características arquitectónicas e das especificidades das peças, evitando o desenvolvimento de factores prejudiciais que agravassem a sua conservação. O projecto museográfico contemplou a instalação de ventilação mecânica no núcleo museológico, por forma a melhorar o ambiente no interior de todas as salas expositivas, criando condições para a circulação/renovação de ar e evitando o aparecimento de problemas como a condensação. Os valores de humidade relativa e de temperatura são controlados/registados com recurso a termohigrógrafos, *dataloggers* digitais e desumidificadores. No interior das vitrinas foram aplicados materiais higroscópicos (reservatórios com cristais de sílica gel) para absorção, estabilização e controle ambiental. Como se disse, a iluminação dos espaços e das vitrinas foi um aspecto igualmente ponderado. O sistema de iluminação das vitrinas está individualizado num compartimento próprio, que permite acesso pelo exterior. Quando o núcleo museológico se encontra encerrado ao público, as luzes permanecem desligadas, minimizando os danos da exposição prolongada. Nenhum dos artefactos se encontra directamente iluminado pelo sol.

Outros factores de deterioração, avaliados na

fase de preparação da exposição, foram o controlo dos poluentes atmosféricos (ex. poeiras) e biológicos (ex. fungos e insectos).

O Espaço Arqueológico do Núcleo Museológico do Castelo é de acesso livre, parcialmente controlado, não dispendo de vigilância humana permanente e não se contabilizam as entradas. As condições de segurança do Museu Municipal também não incluem sistemas de vigilância electrónica na exposição permanente. No entanto, é assegurada uma vigilância geral dos espaços, 24h, pelos vigilantes do Museu durante o horário de funcionamento e, posteriormente, por uma empresa de segurança contratada para o efeito. As diferentes áreas expositivas estão equipadas com sistema de detecção de incêndios, com controlo de alarme e extintores portáteis colocados em locais acessíveis. Na Praça de Armas, onde se localiza o Espaço Arqueológico, existem bocas-de-incêndio.

Perspectivando a exposição permanente como um veículo de comunicação e apresentação públicas, reconhecemos que os visitantes representam um dos riscos mais comuns. No caso do Castelo de Palmela, o tipo de público que nos visita é bastante heterogéneo, predominando os grupos escolares, que recorrem frequentemente às actividades programadas do Serviço Educativo do Museu. Este fluxo de visitantes engloba diariamente uma população com diferentes faixas etárias, que visitam o castelo individualmente, em família ou em grupos organizados. Apesar de não dispormos de dados detalhados sobre os vários públicos, implementaram-se medidas para a prevenção de situações de roubo, de vandalismo e de outras ameaças afins, de forma a reforçar a segurança das pessoas e dos bens culturais.

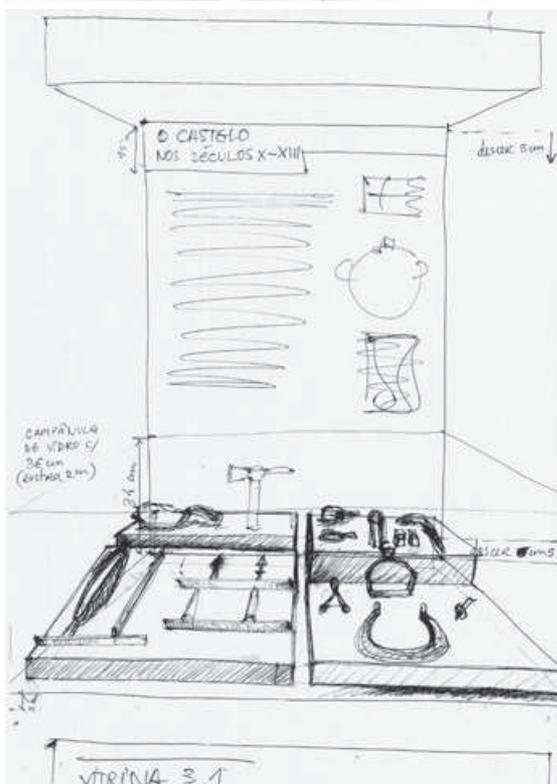
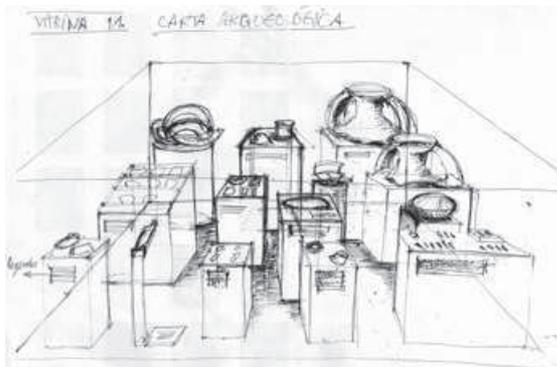
Ainda no âmbito da segurança, a circulação das peças e a sua integração numa exposição implicaram a indispensável activação de um seguro, a que está inerente a valoração das peças, calculada em função do seu potencial patrimonial ou artístico, da sua raridade e do seu estado de conservação. No caso de peças que estavam anteriormente seguradas, actualizámos as informações atribuídas. A apólice de seguro contratada prevê a cobertura

de todos os riscos, vulgarmente conhecida como “prego a prego” e que protege a peça desde que é retirada do local de origem até ao seu regresso. Abrange, entre outras situações, a de catástrofe natural, incluindo fenómenos sísmicos, considerando que Palmela se localiza numa área de máxima intensidade sísmica.

Outra situação de risco, sobre a qual não pudemos deixar de ponderar, foi o manuseamento e subsequente movimentação das peças, desde a reserva ou de outro local de proveniência até à exposição. A sua fragilidade e o seu estado de conservação foram avaliados, evitando expô-las a situações de risco de acidentes. Assim, as peças em trânsito foram cuidadosamente manuseadas e acondicionadas em embalagens que respeitavam as suas características e que as protegiam contra choques, vibrações e elementos contaminantes. Utilizaram-se embalagens simples, adaptadas para imobilizar cada peça, ajustando os espaços com o recurso a tiras de espuma de polietileno ou almofadas de granulado de esferovite para amortecimento. Já no espaço destinado à exposição, as peças permaneceram um período desembaladas, numa área mais reservada, até serem instaladas nas vitrinas, quando todos os equipamentos expositivos estavam finalizados, limpos e isentos de poluentes.

Resolvidos os trabalhos preparatórios da exposição, iniciaram-se as fases de *pré-montagem* e da *montagem final*, com a definição dos suportes expositivos e a sua adaptação a cada peça, respeitando as suas integridade, características físicas e de conservação (Fig. 14 e 15).

As bases/suportes das peças foram executados com materiais compatíveis com a natureza de cada artefacto, utilizando-se derivados de madeira, pintados com tinta de água, combinados com bases de acrílico, evitando-se o contacto directo com as superfícies pintadas. Na concepção dos equipamentos expositivos, privilegiaram-se critérios de estabilidade, funcionalidade e resistência. O passo seguinte consistiu no ensaio de montagem das vitrinas, possibilitando a correcção de pequenos imprevistos e demais situações na relação suporte/



Figuras 14, 15 – Pormenores do trabalho na fase de pré-montagem da exposição. Desenhos do arquitecto Luís Amaro (CMP).

peça (Fig. 16). Nesta fase, afinaram-se pormenores de numeração e legendagem de peças e de interpretação dos conteúdos. Todo o processo foi documentado com recurso a fotografia e ensaios gráficos dos cenários criados.

Na derradeira fase, a da montagem propriamente dita, realizámos nova monitorização ambiental e biológica das áreas expositivas para despiستagem de situações problemáticas inesperadas. Finalmente, inseriram-se as peças nas vitrinas.



Figura 16 – Experiências/ensaios das vitrinas.

A *dinamização e a divulgação da exposição* são desenvolvidas pelo Serviço Educativo do Museu Municipal (Fig. 17), que promove a educação patrimonial e com a qual foi mantido um diálogo permanente ao longo do processo. Esta equipa prepara e desenvolve um conjunto de acções baseadas nos conteúdos expositivos, recorrendo a informação do catálogo, do roteiro da exposição e de estudos publicados sobre a matéria. Essas acções são integradas nas visitas guiadas ao Espaço Arqueológico e estão disponíveis para um público diversificado: as comunidades educativa e local (principal público-alvo), as famílias, os turistas, os investigadores.



Figura 17 – Momento de uma das acções desenvolvidas pelo Serviço Educativo do Museu Municipal de Palmela.

No programa pedagógico do ano lectivo 2013/14 é destacada a visita temática «*Palmela Arqueológica – o que o tempo nos deixou*», que tem como ponto-chave a exposição permanente.

Integrando acervo representativo das quatro freguesias do concelho de Palmela, esta exposição é ainda a base para outros recursos pedagógicos, nomeadamente um *atelier* de arqueologia, uma maleta pedagógica e um dossier temático sobre o património arqueológico concelhio.

BIBLIOGRAFIA

CÂMARA MUNICIPAL de PALMELA (1990-1991). *Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela (PRAC)*.

CARVALHO, A. R. (2004). *Mercado Velho de Palmela. Relatório da Intervenção Arqueológica*. Serviço de Arqueologia. D.P.C. – Câmara Municipal de Palmela (policopiado).

FERNANDES, I. C. F. (1989, 1992, 1998, 1999, 2001). *Relatórios dos Trabalhos Arqueológicos no Zambujalinho*. Serviço de Arqueologia, D.P.C., Câmara Municipal de Palmela (policopiados).

FERNANDES, I. C. F. (1996, 1999 a 2001, 2002 a 2005). *Relatórios dos Trabalhos Arqueológicos no Alto da Queimada*. Serviço de Arqueologia, D.P.C., Câmara Municipal de Palmela (policopiados).

FERNANDES, I. C. F. (2000). O Castelo de Palmela: herança islâmica e domínio da Ordem de Santiago. In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Palmela-Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, p. 571-578.

FERNANDES, I. C. F. (2001). Castelos da Ordem de Santiago: a região do Sado. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. VII: *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica, Sessão 23: Fortificações dos Reinos Cristãos: origens e evolução (séc. IX–XIV)*, Porto: ADECAP, p. 169-186.

FERNANDES, I. C. F. (2004). *O Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Lisboa – Palmela: Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela.

FERNANDES, I. C. F. (2005). Palmela no período da reconquista. In *Seminário Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séc. VIII a XIII)*. Palmela: GEOS – Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 311-325.

FERNANDES, I. C. F. (2006). Uma forja islâmica em Palmela. In *Seminário Internacional Al-Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 171-180.

FERNANDES, I. C. F. (2009). Conventos da Ordem de Santiago em Palmela. In *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares, Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 583-634.

FERNANDES, I. C. F. (2009). Palmela – Um castelo e um território no período islâmico: estado da investigação e perspectivas. In *O Garb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*. Actas do 6º encontro de Arqueologia do Algarve, XELB 9, Silves, p. 393-403.

FERNANDES, I. C. F. (2012). O último convento da Ordem de Santiago em Palmela: dados arqueológicos da intervenção no pátio fronteiro à igreja. In *Congresso Internacional Velhos e Novos Mundos*, Lisboa: CHAM – Universidade Nova de Lisboa/FCSH e Universidade dos Açores, p. 505-516.

FERNANDES, I. C. F.; CARVALHO, A. R. (1991). Trabalhos arqueológicos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal) – Primeiros Resultados. In *Actas das I Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Seixal, p. 73-106.

FERNANDES, I. C. F.; CARVALHO, A. R. (1993). *Arqueologia em Palmela, 1988-92*. Catálogo da exposição no Castelo de Palmela, 28 Agosto a 19 de Dezembro de 1993, Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

FERNANDES, I. C. F. ; SANTOS, M. T. (Coord.) (2008). *Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: Município de Palmela.

GEOIDEIA (1993). *Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela (PRAC). Estudo de Aproveitamento Turístico e Museológico do Castelo de Palmela*.

MUNICÍPIO de PALMELA (2009). *Plano de acção: as iniciativas e os agentes locais. Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela (2010-2013) – Dossier de Candidatura ao QREN – Política de Cidades/Parcerias para a Regeneração Urbana do PORLisboa*.

ROSENDO, M.; PRATA, C.; FERNANDES, I.; SANTOS, M.; SAMPAIO, T.; SOUSA, Z. (2010), Roteiro da exposição *Patrimónios. Centro Histórico da Vila de Palmela*: Câmara Municipal de Palmela, Palmela.

SERRÃO, V.; MECO, J. (2007). *Palmela Histórico-Artística. Um inventário do património artístico concelhio*, Palmela-Lisboa: Câmara Municipal de Palmela / Edições Colibri.

SIGERP (1993-1994). *Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela (PRAC). Projecto de Recuperação Arquitectónica (Global e Sectorial). Peças Escritas*.

SILVA, C. T. da; SOARES, J. (2012). Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao séc. I a. C.. In *Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: Município de Palmela, p. 67-87.